

## ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

---

Aos 6 de setembro de 1996, no Edifício do Centro Cívico, sede da Prefeitura Municipal de Piracicaba, realizou-se a **6ª 11 representantes de Municípios, 17 representantes da Sociedade Civil e 16 representantes do Estado**, conforme lista de presença anexa, e do público registrado em livro próprio. Após a recepção dos presentes, foi composta a mesa dirigente dos trabalhos com os senhores Antonio Carlos de Mendes Thame, Prefeito Municipal de Piracicaba; Eduardo Lovo Paschoalotti, representante do CIESP-Limeira; respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do CBH-PCJ; Luiz Roberto Del Gelmo, representante do Comitê de Recuperação do Rio Jundiaí (CERJU); Pedro C. Pociotti, representante da S.R.H.S.O.; e Rui Brasil Assis, Diretor da Bacia do Médio Tietê do DAEE e Secretário Executivo do CBH-PCJ. Reunião Ordinária do CBH-PCJ, registrando-se a participação de aproximadamente 80 pessoas, sendo

**1. Abertura:** Dando início à reunião o senhor Antonio Carlos de Mendes Thame, Presidente do CBH-PCJ, agradece a presença de todos e expressa seus agradecimentos quanto ao empenho, participação e dedicação de todos os segmentos que ajudaram a formar o Comitê. Dando prosseguimento, o Presidente passa a palavra ao senhor Rui Brasil Assis, Secretário Executivo, que constata a existência de quorum e registra a presença de representantes dos municípios, da sociedade civil e de entidades estaduais.

**2. Leitura e Aprovação da Ata da 3ª Reunião Extraordinária:** Considerando a distribuição prévia, é solicitada e aceita a dispensa da leitura da Ata da 3ª Reunião Extraordinária. Passando-se à votação, o texto da minuta é aprovado por unanimidade.

**3. Comunicações:** **3.1 Da Secretaria Executiva:** O Senhor Secretário, Rui Brasil Assis, comunicou: a) alterações de representantes no Comitê do município de Campinas, para essa reunião, Eng.<sup>a</sup> Sueli do Carmo Bettine; da Fundação Florestal, Eng.<sup>a</sup> Cleide de Oliveira, como titular; e da ASSEMAE, Econ. Antonio Carlos Lobão, como titular; b) liberação de recursos do FEHIDRO para custeio das despesas da Secretaria Executiva, no valor de R\$ 69.600,00, em 26 de agosto passado. O critério utilizado na distribuição desses recursos foi o mesmo utilizado pelo FEHIDRO para distribuição das verbas do orçamento de 1996. Em função desta verba, foi solicitada a indicação de representantes da sociedade civil, e municípios a fim de compor uma Comissão Fiscal para acompanhar mensalmente as

prestações de contas da Secretaria Executiva; c) a moção apresentada na reunião anterior referente à construção da estrada Campinas - Pedreira, foi encaminhada para apreciação da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN), a qual recomendou que fosse endossado o parecer do órgão licenciador da Secretaria do Meio Ambiente, DAIA, onde se para avaliação; d) a CT-RN tem novo coordenador, eleito pelos seus membros, com a concordância da coordenação anterior, que se trata do representante da Fundação Florestal, Eng. Nelson Luiz Barbosa; e) no dia 10 de junho foi instalado o Grupo Técnico de Integração e Difusão de Pesquisa e Tecnologia (GT-ID), com coordenação do CENA/USP; f) com relação aos financiamentos do FEHIDRO, do conjunto de indicações feitas em 1994 (treze projetos que somavam R\$ 5.600.000,00) foram assinados quatro contratos: Pedreira, dois contratos, um no valor de R\$ 75.000,00, para construção de uma ETE e outro com valor de R\$ 295.000,00, para a construção de interceptores; Bom Jesus dos Perdões, para construção de interceptores no valor de R\$ 50.000,00; e Corumbataí, para construção de sistema de afastamento e tratamento de esgotos sanitários, no valor de R\$ 400.000,00. Deve-se esperar pelo fim do período eleitoral para assinar novos contratos, ficando a Secretaria Executiva à disposição para outras informações; g) pedido de apoio, pelo Comitê da Bacia do Ribeira, a uma moção que propõe adotar-se para o planejamento regional, em termos de meio ambiente, cultura, agricultura, abastecimento, economia, planejamento, saúde, transporte e turismo; a divisão territorial utilizada para recursos hídricos, ou seja, as bacias hidrográficas; h) foi realizado um curso de Sistema de Informação Geográfica -SIG, de duas semanas, com apoio do Comitê, promovido pelo CENA-USP e outros órgãos, dirigido a técnicos municipais; i) participação da Secretaria Executiva em várias palestras e eventos, envolvendo escolas, indústrias e instituições; **3.2 Da Presidência:** O Presidente do CBH-PCJ, senhor Antônio Carlos de Mendes Thame, informou: a) sobre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos: O Comitê esteve representado pelo seu Vice-Presidente, o Secretário Executivo e o senhor Cid Tomanik em reunião promovida em Brasília, no dia 18 de março, pelo Dep. Aroldo Cedraz, onde fez-se uma discussão final sobre a proposta do substitutivo ao projeto de lei e foram entregues os documentos com propostas anteriores do Comitê e com recomendações principalmente na área jurídica. Em função desta reunião muitas alterações foram promovidas no substitutivo pelo Dep. Cedraz. Em 17 de julho passado, a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio

Ambiente e de Minorias já aprovou o substitutivo, passando então, para as demais comissões onde já existe um entendimento prévio para sua rápida aprovação. No dia 13 de agosto a Câmara Federal aprovou um requerimento de urgência para tramitação deste projeto. Verificou-se a existência de resistências, de alguns setores a nível federal, ao processo de descentralização da cobrança pelo uso das águas e sua vinculação às bacias hidrográficas; nesse sentido foram enviados ofícios ao Presidente da República e ao Ministro Chefe da Casa Civil, com cópias para o Deputado Aroldo Cedraz e para o Secretário Fábio Feldman, para alertar para o fato e reiterar posicionamentos deste Comitê; b) barragem de Santa Maria da Serra: esta obra já tem recursos no orçamento do Estado, o projeto básico e executivo estão prontos, contudo falta licença ambiental para o edital ser publicado. O Secretário Fábio Feldman esteve em Piracicaba, onde juntamente com a equipe responsável pela elaboração do RAP, sobrevoou a região, ficando acertado que o DAIA iria levar em conta uma manifestação do Comitê no seu parecer; c) estudos para preparação de Financiamento junto ao Banco Mundial: no dia 26 de julho passado foram assinados dois contratos referentes a dois projetos na área da bacia, o primeiro é responsável pelo levantamento de dados sobre áreas degradadas e lixo doméstico; e o segundo trata-se de um estudo especial sobre a capacidade de endividamento dos municípios, visando obter o empréstimo junto ao Banco Mundial para as obras de recuperação dos recursos hídricos. No momento aguarda-se o julgamento da licitação para definir o contrato mais importante que abrangerá o programa de investimentos, prioridades para a bacia e o arranjo institucional que permita contrair o financiamento. Em 21 de agosto passado aconteceu uma visita de uma Missão do Banco Mundial e técnicos do Governo Federal em Piracicaba, onde em reunião conjunta com o Comitê, sugeriu-se elaborar um documento que informe os estágios dos principais assuntos em andamento, relatando a evolução institucional na área do Comitê, com ênfase nos seguintes pontos: Agência de Bacias e cobrança pelo uso das águas; d) WORKSHOP sobre cobrança pelo uso de recursos hídricos: foi realizado em 3 de setembro passado, em Piracicaba, e contribuiu para a coleta de opiniões e sugestões de diversos segmentos dos usuários das águas sobre o assunto em questão; e) Reuniões do Comitê em 96: será realizada pelo menos mais uma reunião antes do final do ano, para discutir o aperfeiçoamento da lei de cobrança; o detalhamento do plano de bacias para 96/99; e o processo de transição do Comitê, em função das eleições municipais e definição sobre a inscrição das entidades da sociedade civil; f) publicação de livro referente ao Comitê, sua implantação, resultados e perspectivas: foi informado o objetivo da iniciativa, os patrocinadores e que o lançamento será definido e informado posteriormente.

**4. Assuntos a Deliberar:** Por solicitação do Presidente, o Secretário Executivo faz uma breve introdução dos assuntos a deliberar, passando-se em seguida à discussão de cada item da pauta. **4.1 Referendum às recomendações sobre barramentos na bacia do Ribeirão dos Toledos em Santa Bárbara D'Oeste:** O senhor Presidente solicita ao Secretário Executivo um relato dos fatos que envolveram a matéria em discussão. O senhor Rui Brasil Assis, comentou a solicitação do Departamento de Água e Esgoto de Santa Bárbara D'Oeste ao Comitê para emitir parecer relativo às barragens que pretende construir nos ribeirões dos Toledos e São Luiz, na bacia do ribeirão dos Toledos. Foi elaborada análise e manifestação conjunta pelas Câmaras Técnicas de Outorgas e Licenças (CT-OL) e de Conservação e Proteção dos Recursos Naturais (CT-RN) que emitiram parecer, cujo teor encontra-se transcrito na minuta de deliberação n.º 35. Na seqüência, o Presidente abre a palavra aos membros do Comitê. Manifestando-se o senhor J. Marco Pareja Cobo, representante da CT-RN, a respeito de dois assuntos, a indefinição quanto a designação de um novo coordenador para a CT-RN e a não concordância quanto aos tipos de plantas adotadas pelo DAE/Santa Bárbara D'Oeste para recompor a mata ciliar. O Secretário Executivo ponderou que a indicação da coordenação da Câmara Técnica é uma prerrogativa dela mesma, não cabendo ao Comitê referendar ou não, uma vez que o assunto já foi deliberado nas normas gerais que definem a criação e funcionamento das Câmaras Técnicas. Citou que o Eng.º Nelson foi eleito pela própria Câmara e nada impede que ele continue seu trabalho. Quanto ao tipo de vegetação a ser utilizada no projeto de implantação de matas ciliares, o Secretário Executivo comenta que tomou conhecimento da existência de divergências, mas trata-se de problema técnico do projeto e não de mérito. Nesse sentido, foi feita uma ressalva na deliberação, colocada no Artigo 1º, letra (a), recomendando ao DAE de Santa Bárbara D'Oeste que proceda o protocolo do projeto de implantação de matas ciliares no DEPRN com vista à análise deste. Da mesma forma, foi solicitado ao DEPRN, através da Minuta de Deliberação n.º 35, que faça esta análise com a participação da CT-RN. O Secretário Executivo solicita a Eng.ª Márcia Calamari, representante do DEPRN para manifestar-se. Esta, fazendo uso da palavra, comentou que a Prefeitura de Santa Bárbara D'Oeste solicitou ao DEPRN alterações no projeto de implantação de matas ciliares, que posteriormente será encaminhado à CT-RN. O senhor Presidente coloca o assunto em discussão, não havendo manifestações contrárias, coloca em votação a Deliberação CBH-PCJ n.º 35/96, que aprova manifestação sobre barramento nos ribeirões dos Toledos e São Luiz, em Santa Bárbara D'Oeste, sendo aprovada por unanimidade. **4.2 Referendum ao manifesto de intenções entre a Secretaria de Recursos Hídricos do Governo**

**Federal, a Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o CBH-PCJ e o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos rios Piracicaba e Capivari:** O senhor Presidente solicita ao Secretário Executivo que faça uma explanação sobre o assunto. O senhor Rui Brasil Assis explica que este manifesto de intenções prevê o intercâmbio de informações tecnológicas, experiências e atividades na área de recursos hídricos; programas de cooperação com outros países e organizações internacionais. Após estes esclarecimentos, o Presidente abre a palavra aos demais membros do Comitê. Não havendo nenhuma manifestação, coloca o assunto em votação, sendo aprovada por unanimidade a Deliberação nº 36/96, que aprova o manifesto de intenções para intercâmbio de informações e experiências.

**4.3 Realocação de Recursos em indicações de financiamento ao FEHIDRO:** O senhor Presidente passa a palavra ao Secretário Executivo, que faz um relato das alterações em indicações e recomendações relativas ao FEHIDRO. Cita impedimentos de ordem técnica dos investimentos aprovados para as obras previstas em Artur Nogueira e Rio Claro e a desistência de Atibaia ao financiamento. Estes três casos somam R\$ 272.000,00. Sugere-se a realocação destas verbas para o primeiro suplente, ou seja, para a SABESP, para a construção da ETE de Monte Mor. Quanto à verba destinada ao plano diretor de controle de perdas nos sistemas públicos de saneamento, de R\$ 300.000,00, é sugerida a destinação ao Consórcio Intermunicipal das bacias dos rios Piracicaba e Capivari, conforme discutido no GT-PL, para elaboração de estudo sobre o mesmo assunto. A questão da modernização da rede hidrológica foi discutida em reunião extraordinária do GT-MH, da qual saiu sugestão de recomendação ao Governo do Estado para incrementar o apoio ao monitoramento da qualidade e quantidade das águas na região. Quanto à realocação da verba, como ainda persistem algumas dúvidas sobre o assunto, ficou convencionado rediscutir o assunto para decisão na próxima reunião. A Secretaria Executiva informa que a verba liberada para o município de Pedreira, no valor de R\$ 295.000,00, foi alterada de "financiamento" para "fundo perdido" em virtude de haver saldo do Comitê para esta modalidade. Na seqüência, o senhor Presidente coloca o assunto em discussão, não havendo manifestações contrárias, coloca em votação a Deliberação CBH-PCJ nº 37/96, que aprova alteração em indicações ao FEHIDRO e recomenda outras providências, sendo aprovada por unanimidade.

**4.4 Aprovação do Relatório de Situação de Recursos Hídricos de 1995:** O senhor Presidente solicita ao Secretário Executivo que faça uma explanação sobre o assunto. O senhor Rui Brasil Assis tece comentários sobre itens do Relatório de Situação, explica que se constitui de duas partes, a primeira contém registros de informações de quantidade e qualidade das

águas e a segunda da avaliação do plano de bacias. Solicita ao Eng<sup>o</sup>. Moretti, que comente sobre a elaboração do relatório no aspecto de quantidade e qualidade das águas e as diferenças em sua elaboração com relação ao ano anterior, com ênfase nas recomendações que foram feitas para o relatório anterior que foram seguidas neste. O Eng<sup>o</sup>. Moretti expôs a dificuldade em compatibilizar os dados de 1994 e 1995, em função disto cita a inclusão na Deliberação da sugestão para padronizar o fornecimento de dados. Esclarece que os dados foram fornecidos pelas entidades responsáveis, com formato diverso daquele apresentado em 1994, exigindo adaptações e correlações visando possibilitar comparações entre os anos de 1994 e 1995. Comenta a diferença de dados existente entre os valores de demanda para irrigação na bacia entre o Relatório de Situação, que considera a demanda de pico de consumo das culturas; e o Plano Integrado de Aproveitamento e Controle dos Recursos Hídricos das Bacias do Piracicaba, Alto Tietê e Baixada Santista, que considera a demanda média das culturas ao longo do ano. Comenta a situação crítica de abastecimento na bacia através de análise do Gráfico Demanda x Disponibilidade. O Secretário Executivo, retomando a palavra, enfatiza a necessidade de rever a metodologia de coleta de dados em função das inúmeras dificuldades encontradas na obtenção de dados dos municípios, órgãos e entidades do estado. Manifestaram-se o senhor J. Marco Pareja Cobo, representante da entidade Preservação, sugerindo a inclusão no Relatório, como forma de recomendação ao CORHI, realizar estudos para a utilização de sistemas de irrigação modernos e mais eficientes a fim de economizar água. Fizeram uso da palavra, ainda, o senhor Eduardo Lovo Paschoalotti, representante do CIESP/Limeira e Vice-Presidente do CBH-PCJ, ressaltando o problema da falta de informações de investimentos públicos na área de saneamento, dificultando assim, o planejamento da bacia; o senhor Luiz Roberto Del Gelmo, representante de Jundiá, analisando o Relatório de Situação, resalta que o Comitê abrange uma população de quase 4.000.000 de habitantes, contudo o tratamento dos esgotos sanitário e industrial é mínimo. O senhor Pedro Well, representando o município de Holambra, cita a existência de inúmeros projetos de ETES, no entanto, problemas burocráticos com os órgãos de fiscalização, CETESB e DEPRN, dificultam sua aprovação. Pediu ajuda destes órgãos a fim de facilitar a aprovação de projetos relativos a tratamento de esgotos. Em resposta a esta solicitação, o senhor Sérgio Hornink, representando a CETESB, comenta que a nível industrial há evolução no tratamento de efluentes, mas que 2/3 da carga poluidora corresponde aos municípios e que o Comitê deve trabalhar os recursos a fim de tratar os esgotos sanitários dos municípios e definir prioridades; citou como exemplo os municípios de Piracicaba, Americana e Limeira. Novamente o senhor Luiz Roberto Del Gelmo, representante de Jundiá,

comenta as dificuldades burocráticas para solicitação, obtenção e liberação de verbas; vencimento de Certidões no decorrer dos processos de financiamento; problemas com CETESB e DEPRN; e sugere tomada de posição de todos a fim de buscar soluções para estes problemas. O senhor Francisco P. Ometto, representante do Sindicato Rural de Limeira, fez uso da palavra, questionando a informação do senhor Sérgio Hornink, representante da CETESB, quanto ao percentual de esgoto sanitário a ser tratada pela ETE de Limeira até o final deste ano. O senhor Sérgio Hornink reafirma a informação, baseando-se no cronograma de obras discutido entre a CETESB e a empresa Águas de Limeira. O Eng. Luiz R. Moretti, Coordenador do GT-MH, cita que esta informação foi divulgada dentro do grupo em questão. O senhor Eduardo Lovo Paschoalotti, representante do CIESP/Limeira e Vice-Presidente do CBH-PCJ, fazendo uso da palavra, confirma o andamento das obras da ETE de Limeira e sugere ao Comitê, convocar a empresa Águas de Limeira a prestar esclarecimentos sobre o assunto em pauta. Em seguida Ana Cristina, representando o DAIA - Secretaria do Meio Ambiente, fazendo uso da palavra, cita o esforço deste órgão em simplificar os procedimentos de análise dos impactos ambientais de obras de pequeno porte. Após estas manifestações, o Presidente coloca em votação a Deliberação CBH-PCJ nº 38, que aprova o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos de 1995, sendo aprovada por unanimidade.

#### **4.5 Recomendações sobre o Empreendimento Hídrico Santa Maria da Serra:**

O senhor Presidente solicita ao Secretário Executivo um relato dos fatos que envolveram a matéria em discussão. O senhor Rui Brasil Assis, informa que considerando a solicitação da Companhia Energética de São Paulo - CESP, no sentido de que houvesse manifestação do Comitê sobre os relatórios finais de viabilidade e projeto básico referentes a esse empreendimento; este assunto foi remetido para análise e parecer do Grupo Técnico de Planejamento (GT-PL), que criou subgrupos setoriais a fim de analisar o referido projeto. Cada subgrupo analisou um aspecto do projeto, ou seja, alternativas e justificativas de projeto, inserção do empreendimento no contexto regional, uso múltiplo da água, aspectos de qualidade da água, análise de aspectos de erodibilidade na bacia e aspectos ambientais. O Secretário Executivo convoca o Eng.<sup>o</sup> 39/96, que aprova parecer sobre o Empreendimento Hídrico Santa Maria da Serra, sendo aprovada por unanimidade.

#### **4.6 Emendas ao anteprojeto de lei sobre a cobrança pelo uso das águas:**

O senhor Presidente passa a palavra ao Secretário Executivo, que faz um relato sobre as contribuições ao assunto oriundas do "WORKSHOP", realizado em 3 de setembro passado, em Piracicaba, e a reunião extraordinária do GT-PL específica para discutir este tema; e esclarece que as sugestões são do ponto de vista conceitual. Relata a existência de

duas solicitações de alterações para a Minuta e enfatiza a importância do Artigo 2º, item (d), que diz respeito ao fluxo financeiro da futura cobrança pelo uso dos recursos hídricos. O senhor Eduardo Lovo Paschoalotti, representante do CIESP/Limeira e Vice-Presidente do CBH-PCJ, fazendo uso da palavra, pede a exclusão do item (i), do Artigo 2º e sugere que o Comitê seja o responsável por definir os possíveis beneficiários de financiamentos ou repasses com os recursos da cobrança pelo uso das águas. Sugere ainda, a exclusão do Artigo 6º da Minuta de anteprojeto de lei proposto pelo Consórcio CNEC/FIPE, pois em sua visão todos devem pagar, sem isenção. O senhor Luiz Roberto Del Gelmo, representante do Comitê de Recuperação do Rio Jundiá (CERJU), sugere a exclusão dos parágrafos 1º e 2º do Artigo 16º e parágrafo 1º do Artigo 19º do anteprojeto de lei sobre cobrança pelo uso dos recursos hídricos. O Secretário Executivo esclarece que a definição contida no item (i), do Artigo 2º pode ser feita através de decreto e que o texto deve ser melhor elaborado, pois cada Comitê definindo os beneficiários é possível ocorrer distorções quanto aos objetivos da cobrança. Com relação à solicitação do senhor Luiz Roberto Del Gelmo, o Secretário relata que no Artigo 2º, item (a), as dúvidas são esclarecidas. Cita, ainda, o pedido do Consórcio no sentido de alterar palavras da Minuta de Deliberação. O senhor Eduardo Lovo Paschoalotti, representante do CIESP/Limeira e Vice-Presidente do CBH-PCJ, complementando, não concorda com a proposta do Consórcio sob o ponto de vista jurídico. O Eng.<sup>o</sup> Marcos Eduardo G. Cunha, representando o município de Pedreira, tomou a palavra para comentar a palestra ocorrida no dia anterior na ABES, Subseção de Campinas, onde discutiu-se a respeito de critérios de cobrança. Sugeriu a adoção dos parâmetros carga orgânica, DQO e vazão e o início do processo de cobrança baseando-se no modelo poluidor / pagador, adotando-se o modelo usuário / pagador gradativamente, conforme a emissão de outorgas. Não havendo mais manifestações, o Presidente coloca o assunto em votação, ou seja, a Deliberação CBH-PCJ no 40º, com a seguinte ressalva, que os Artigos 16º e 19º do anteprojeto de lei sejam encaminhados na forma de adendo ao item (a) do Artigo 2º e a proposição mais abrangente para que em uma etapa posterior se discuta de uma forma mais incisiva a questão de iniciar-se a cobrança pelos locais onde haja a disposição de fazê-lo; sendo esta proposta aprovada por unanimidade. Astor a fim de expor as principais conclusões dos seis subgrupos setoriais, que foram condensadas em uma Minuta de Parecer. O senhor Presidente coloca o assunto em discussão, não havendo manifestações contrárias, coloca em votação a Deliberação CBH-PCJ n

**5. Encerramento.** O Presidente passa a palavra ao Secretário Executivo, o senhor Rui Brasil, que lembrou o convite contido na pasta, previamente distribuída, para um seminário sobre a cobrança do uso das águas, que realizar-se-á em São

# CBH-PCJ

COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS  
PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ

Paulo na próxima terça-feira. Em seguida informa que a íntegra das Deliberações, com as correções aprovadas seria em breve publicada no Diário Oficial do Estado. O senhor Pedro Pociotti, representante da UGP, enalteceu a dedicação, competência e vigilância do Comitê, através da Secretaria Executiva e Grupos Técnicos, ao trabalho da UGP. Agradeceu a receptividade do Comitê e Prefeitura Municipal

de Piracicaba à Missão do Banco Mundial. Agradeceu a cooperação dos municípios que compõem a Bacia que forneceram dados de resíduos sólidos, áreas degradadas e informações da parte financeira para montagem do programa de investimentos. Retomando a palavra, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

**Rui Brasil Assis**  
Secretário Executivo

**Eduardo Lovo Paschoalotti**  
Vice-Presidente

**Antonio Carlos de Mendes  
Thame**  
Presidente